

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Solar 4 Energia SPE S.A. (“Companhia”), em fase pré-operacional, constituída em 27 de janeiro de 2021, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na LOT PERIMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO, S/N, LOTE AGRICOLA N MS8N9, ZONA RURAL, município de PETROLINA, estado de PERNAMBUCO.

A Companhia tem por objeto social o aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e indústrias não especificados anteriormente; instalação de máquinas e equipamentos industriais; geração de energia elétrica; comércio atacadista de energia elétrica; obras de montagem industrial; e aluguéis de imóveis próprios.

A Companhia atualmente está em fase pré-operacional com previsão de início de suas atividades para o 2º semestre de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

A emissão destas demonstrações contábeis e notas explicativas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico

geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

(a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

2.1.5. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Por ainda estar em fase pré-operacional, a Companhia não auferiu receitas decorrentes de sua atividade principal no ano calendário em questão.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 3).

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia

possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Valores a receber de partes relacionadas – Nota 6

b. Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado e intangível estão demonstrados pelo seu custo de aquisição.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação e amortização são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos ativos.

2.2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

qualquer reembolso.

2.2.6. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no resultado contábil, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O lucro tributável geralmente difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.2.7. Lucro/Prejuízo líquido por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações contábeis.

2.2.8. **Novas normas e interpretações**

Atualmente os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos em vigor

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 3 / CPC 15 Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais de contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos de incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis; e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos	01/01/2020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Vigência
	usuários das demonstrações contábeis.	
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimento com objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID 19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma de taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

b) Normativo emitido pelo IASB e ainda não homologado pelo CPC

Norma	Descrição	Vigência
IAS 37 / CPC 25 Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir e avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. Aplicações Financeiras

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras (a)	2.745.078	6.566.032
Total	2.745.078	6.566.032

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) *As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes a caixa estão representadas por recursos aplicados em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI. Essas operações são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, por um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança no seu valor.*

Não há saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2022.

4. Bens e Direitos de Uso

Descrição	Ativos de direito de uso (arrendamento)
Taxa de depreciação (a.a.)	3,22%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022	0
(+) Adições	651.706
(-) Depreciações	(8.760)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	642.946

- a) *Os valores provenientes da aplicação inicial do CPC 06(R2) em 'Ativos de direito de uso', não estão sendo apresentados na demonstração do fluxo de caixa, pois não tem efeito caixa.*

4.1. Arrendamentos

A Companhia possui o direito de uso do imóvel onde está instalada a Usina Solar pelo prazo de 31 anos. Trata-se da Fazenda Solar, onde a Companhia pretende executar suas atividades após o início de suas operações. Considerando que o ativo objeto do arrendamento é facilmente identificável, que a Companhia obtém os benefícios econômicos e gerencia o seu uso, foi aplicado o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e reconhecido o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento.

O ativo denominado 'Direito de Uso' é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. Já o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade.

A taxa utilizada para determinação do valor presente do ativo de direito de uso, foi o IGPM, conforme contrato de arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

4.2. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como ativos de direitos de uso , conforme segue:

Ativo arrendado	Início	Vencimento
Fazenda – Parque Solar	Out-2021	Out-2052

A movimentação dos ativos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	2022
Saldo inicial	0
Adição	651.706
Despesa de depreciação do exercício	(8.760)
Total	642.946

4.3. Passivos de arrendamento

A movimentação dos arrendamentos a pagar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	2022
Saldo inicial	0
Adição	91.800
Juros incorridos	(9.988)
Pagamentos	(27.000)
Saldo final	54.812
Circulante	54.812
Não circulante	570.797
Total	625.609

Após a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia apresentou passivos de arrendamento separadamente de outros passivos no balanço patrimonial. Alternativamente, uma entidade (arrendatário) pode optar por apresentar passivos de arrendamento dentro de ‘Empréstimos e financiamentos’.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cronograma de amortização dos pagamentos em 31 de dezembro de 2022 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento
Menos de um ano	64.800	(9.988)	54.812
Entre um e cinco anos	324.000	(109.356)	214.644
Mais de cinco anos	1.553.936	(1.197.783)	356.153
Total	1.942.736	(1.317.127)	625.609

4.4. Opções de prorrogação

O contrato de arrendamento de propriedade contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

5. Patrimônio líquido

5.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito está representado por 6.650.000 (seis milhões, seiscentas e cinquenta mil) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos acionistas no montante de R\$ 6.650, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

Acionista	Quantidade de ações	R\$ mil	%
FIP SOLAR II	6.649.999	6.649.999	99,99
FIP SOLAR I	1	1	00,01
Total	6.650.000	6.650.000	100,00

Foi aprovado em 09/12/2022, a venda total das ações da empresa, para o Fundo de Investimentos Solar II, conforme contrato de compra e venda de ações. O preço certo, e ajustado

total da venda foi de \$7.720.000 (sete milhões, setecentos e vinte mil reais).

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

5.2. Distribuição de lucros

Ao acionista é garantido um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, já que o estatuto social da Companhia é omissivo quanto a determinação da porção dos lucros a ser classificada como dividendo mínimo obrigatório.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Pró-labore	(14.544)	-
Serviços prestados - PJ	(390)	(3.715)
Contabilidade	(12.186)	(13.100)
Advocacia	(12.808)	(28.918)
Consultoria técnica	-	(12.445)
Auditoria	(7.975)	(1.188)
Informática	-	(19.875)
Engenharia	-	(7.951)
Viagens e Hospedagens	(1.873)	-
Ambiental, Fundiário e Conexão	(117.990)	-
Certificação de produção de energia	(10.225)	-
Captação de recursos	(10.000)	-
Implantação	(14.158)	-
INSS	(2.909)	-
Outros	(1.204)	(2.545)
Total	(206.262)	(89.737)

7. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2022	2021
Rendimentos de aplicação financeira	893.550	23.072
PIS s/ Receitas Financeiras	(5.808)	(150)
COFINS s/ Receitas Financeiras	(35.742)	(923)
Total de receitas financeiras	852.000	21.999
Despesas bancárias	(1.566)	(376)
Multas	(49)	-
Resultados negativos com Aplicação Financeira	(547.461)	-
Juros S/ Arrendamentos	(903)	-
IOF	(35.625)	-
Total de despesas financeiras	(585.604)	(376)
Despesas financeiras, líquidas	266.396	(21.623)

8. Transações com partes relacionadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração identificou como partes relacionadas seu acionista, empresas ligadas ao grupo sob controle do acionista controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). Em 31 de dezembro de 2022, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis, bem como transações mantidas com partes relacionadas durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

Descrição	2022
Ativo não circulante:	
Crédito com pessoas ligadas	
Cooperativa	1.273
Solar 9	396
Total	1.669

8.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2022 a Companhia efetuou pagamentos a título de pró-labore, no montante de \$14.544, aos membros da Diretoria, pelos serviços prestados no exercício.

Não houve qualquer outro pagamento de benefícios e/ou operações envolvendo o pessoal-chave da Administração.

8.2. Outras informações

Não existem avais e garantias concedidas pela Companhia em favor de suas partes relacionadas.

9. Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam processos judiciais contra a Companhia de perspectiva de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

10. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

10.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

Descrição	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	11.590	14.745
Aplicações Financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.745.078	6.566.032
Total dos ativos		2.756.668	6.580.777
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	0	4.853
Total dos passivos		0	4.853

Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

10.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e ‘Aplicações financeiras’ da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto *rating* para suprir com suas obrigações.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros, já que atualmente a Companhia não possui nenhuma operação deste tipo.

11. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

Descrição	2022	2021
Resultado contábil antes do IRPJ e CSLL	38.052	(73.961)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2022	2021
IR e CS às alíquotas da legislação		
Alíquota de 15% (IRPJ)	(2.614)	0
Alíquota de 9% (CSLL)	(1.569)	0
IRPJ e CSLL no resultado	(4.183)	0
Alíquota efetiva	10,99%	0%

12. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía seguros contratados para cobrir eventuais perdas.

* * *

Fernando Buarque de Gusmão Filho
Diretor Executivo

Paulo Ricardo Nascimento Moura
Contador CRC-PE 028860/O-6